


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0010464-83.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Renan Eduardo Sentanin**

**VISTOS**

RENAN EDUARDO SENTANIN, qualificado a fls.7, foi denunciado como incurso no art.33, “caput”, da Lei nº11.343/06, porque em 6.6.13, por volta de 10h31, na Rua Álvaro Câmara, nº270, Jardim Gonzaga, em São Carlos, trazia consigo, para fins de entrega ao consumo de terceiros, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, 18 pedras de “crack”, pesando aproximadamente 9,1g, conforme auto de exibição e apreensão de fls.19/20, fotos a fls.21/22, laudo de constatação a fls.26/27 e laudo químico de fls.34/37.

Consta que policiais militares, em patrulhamento de rotina, avistaram o denunciado sobre uma laje no momento em que este repassava um invólucro a um indivíduo não identificado.

Assim que o indivíduo avistou a viatura policial, evadiu-se do local, dispensando o invólucro que continha uma porção de entorpecente.

Recebida a denúncia (fls.54) em 28.4.14, após notificação e defesa preliminar, sobrevieram citação e audiência de instrução, com interrogatório (fls.63/63vº), inquirição de duas testemunhas de acusação



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

(fls.64/64vº e 76).

Em 9.2.18 foi operada a desclassificação do delito e concedida a suspensão condicional do processo.

Tendo em vista a existência de outra condenação transitada em julgado (fls.117), foi revogado o sursis processual (fls.120).

O Ministério Público reiterou as alegações finais feitas na audiência (fls.75/75vº), pedindo a condenação pelo art.28 da Lei de Drogas, observando a primariedade do réu na época dos fatos.

A defesa pediu a absolvição por insuficiência de provas e, subsidiariamente, a desclassificação com advertência sobre o efeito das drogas.

É o relatório

**D E C I D O**

A materialidade está provada pelos laudos de fls.35 e 37.

Embora o réu negue a posse da droga (fls.63), o policial Edson (fls.64) o viu dispensar duas pedras de crack, não obstante faltasse comprovação, com clareza, do cometimento do tráfico, disso resultando a desclassificação então operada na audiência de fls.75/75v.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**3ª VARA CRIMINAL**
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos-SP - CEP 13560-140**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A palavra do policial não é suspeita nem há qualquer indício de que não represente a realidade dos acontecimentos; certo é, pois, que o réu trazia consigo a droga vista pelo militar.

Como não houve prova do tráfico mas a posse da droga é imputável ao réu, o crime praticado é o do art.28 da Lei de Drogas, pois não há outra justificativa para que o réu estivesse na posse do entorpecente.

O réu era primário e de bons antecedentes ao tempo dos fatos, justificando-se, por isso, a pena de advertência sobre o efeito das drogas.

Ante o exposto, julgo PROCEDENTE a ação e condeno Renan Eduardo Sentanin como incurso no art.28 da Lei nº11.343/06, impondo-lhe a pena de advertência sobre o efeito das drogas, a ser cumprida em audiência a ser designada após o trânsito em julgado.

Sem custas.

P.R.I.C.

São Carlos, 25 de junho de 2018

André Luiz de Macedo

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**